

PROJETO EDUCATIVO

| | |
|--|----|
| Cap. I – Enquadramento | 2 |
| Cap. II – Introdução | 2 |
| Cap. III – Diagnóstico Estratégico | 4 |
| Cap. IV – A Escola que Queremos ser: Missão e Visão | 10 |
| Cap. V – Objetivos e Metas | 12 |
| Cap. VI – Organização Escolar | 16 |
| Cap. VII – Áreas e Modalidades de Qualificação | 18 |
| Cap. VIII – Redes, Parcerias e Protocolos | 19 |
| Cap. IX – Monitorização e Avaliação do PE | 23 |
| Cap. X – Estratégia de Divulgação e Comunicação | 23 |
| Cap. XI – Considerações Finais | 24 |

Cofinanciado por:



Cap. I – ENQUADRAMENTO

A diversidade de públicos que frequenta hoje a escola, conjugada com o aumento da escolaridade obrigatória para os 18 anos, tem conduzido à necessidade de encontrar e implementar as estratégias que possibilitem a efetiva resolução dos problemas relacionados com a saída precoce do sistema, o insucesso e o abandono escolares, promovendo uma inclusão socialmente bem-sucedida. Neste contexto, a diversidade de modalidades de formação apresenta-se como uma estratégia concreta de certificação e qualificação da heterogeneidade de públicos jovens e adultos que procuram respostas educativas adequadas ao seu perfil. O Ensino Profissional tem, neste âmbito, desempenhado um papel incontornável na qualificação dos jovens, conferindo-lhes uma dupla certificação: a escolaridade obrigatória e uma certificação profissional.

Assim, este tipo de ensino apresenta-se como potenciador do reforço da relação do jovem com a escola, enquanto espaço de aprendizagem, que para além das competências básicas intelectuais, os liga ao mundo do trabalho através da componente técnica e profissional do currículo que os prepara e qualifica para o exercício de uma profissão.

De facto, o ensino profissional deixou, há muito, de aparecer como a alternativa para o insucesso escolar, ou de estar ligado a camadas sociais mais desfavorecidas, para se posicionar no sistema educativo como um percurso escolar diferente, que habilita os jovens ao prosseguimento de estudos (em sequência imediata ou após experiência profissional) ou a uma entrada direta no mercado de trabalho como técnicos intermédios para os vários setores económicos e sociais: a óbvia diferenciação face aos cursos científico-humanísticos do ensino secundário, que valida a alternativa.

As escolas profissionais estão especialmente vocacionadas para o desafio imposto por este tipo de ensino, aparecendo como promotoras do desenvolvimento local e regional e aparecendo, também, como potenciadoras dos processos de enraizamento local e social dos futuros profissionais. É este papel que a EPADRC assume na sua ação educativa, desempenhando uma ação incontornável na qualificação dos jovens da região há trinta anos.

Cap. II – INTRODUÇÃO

Nos termos da alínea a), do número 1, do artigo 9º do Decreto-Lei n.º 75/2008 DE 22 de abril (alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho) o Projeto Educativo (PE) é o documento que consagra a orientação educativa da escola, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais a escola se propõe cumprir a sua função educativa.

Apresenta-se assim o PE como o documento mais importante da escola, o seu pilar organizativo e orientador. Ele é o documento de planeamento institucional e estratégico da escola, apresentando a Missão e Visão desta e os objetivos gerais que orientam a sua ação educativa, constituindo a sua matriz de suporte. Tendo como horizonte este enquadramento legal, a elaboração do PE não pode, hoje, descurar outros normativos legais, fundamentais para a regulação do papel da escola enquanto instituição social, objeto de inúmeras pressões inerentes às constantes mudanças tecnológicas, económicas e sociais que a obrigam a sistemáticas redefinições de estratégias e ações. Refiram-se o Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho – Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória; os Decretos-Leis n.º 54/2018 e

55/2018, de 06 de julho, que preconizam a implementação da Autonomia e Flexibilidade Curricular e a Inclusão no processo educativo que implica um dinamismo permanente para uma ação eficaz e procura de soluções inovadoras aos desafios da escola do século XXI.

Para além dos normativos legais e complementares a estes, outros documentos concorreram para a construção do PE, por necessidade óbvia de articulação dos diferentes fatores que constroem a ação da escola, a saber: o PE anterior; o projeto de intervenção apresentado pela diretora na candidatura ao cargo; os relatórios resultantes do processo de autoavaliação da escola; os relatórios e plano de melhoria resultantes da última avaliação externa feita pela Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC) à escola (2016) e os relatórios que resultaram da implementação do sistema de avaliação da garantia de qualidade alinhado com o Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para a Educação e Formação Profissional (EQAVET - *European Quality Assurance Reference Framework for Vocational Education and Training*), instrumento adotado pelos Estados Membros da União Europeia para documentar, desenvolver, monitorizar, avaliar e melhorar a eficiência da oferta de Ensino e Formação Profissional (EFP) e a qualidade das práticas de gestão que a EPADRC iniciou em 2019 com vista à obtenção do Selo de Qualidade em 2020.

Neste pressuposto, pretende-se que este PE seja um verdadeiro plano estratégico, orientador de toda a ação da escola, assumido por todos os intervenientes internos e externos desta ação. É, por isso, necessariamente claro e objetivo para ser percecionado por todos e acessível a todos: alunos, pais e encarregados de educação, parceiros, *stakeholders* internos e externos, docentes, pessoal não docente, comunidade. Enquanto plano estratégico e documento público, pretende-se despretenso e útil, como um guião que conduza a ação da escola, de forma realista, motivadora e agregadora, permitindo ainda que a mesma seja monitorizada, reformulada e avaliável.

Dito isto, o PE apresenta-se como documento curto, conciso e preciso, de modo a possibilitar uma leitura acessível a todos, tal como preconizado pelo Guião de Apoio à elaboração, implementação, monitorização, divulgação e avaliação de projetos educativos realizado pela Agência Nacional para a Qualificação (ANQEP) e a Associação Nacional de Escolas Profissionais (ANESPO), documento orientador do trabalho da equipa que elaborou o PE.

O PE é, à luz da legislação em vigor já referida, um instrumento fundamental do reforço da autonomia das escolas. Ele constitui um meio privilegiado para a construção e afirmação da identidade da escola perante a comunidade educativa e perante o exterior, sendo um instrumento de gestão e administração facilitador da tomada de decisão, que refletindo a identidade da escola, é um instrumento aglutinador e orientador da ação educativa que esclarece as finalidades e funções da escola, inventaria os problemas e os modos possíveis da sua resolução, pensa os recursos disponíveis e aqueles que podem ser mobilizados. Resultante de uma dinâmica participativa e integrativa, o PE permeia a educação enquanto processo racional e local e procura mobilizar todos os elementos da comunidade educativa, assumindo-se como o rosto visível da especificidade e autonomia da organização escolar.

É ainda um guia informativo, para os pais e encarregados de educação, acerca das opções escolares e profissionais para o futuro dos seus filhos; é, finalmente, para o tecido empresarial, um indicador relevante de recursos humanos disponíveis no mundo do trabalho, potenciador de emprego e do desenvolvimento económico e social local.

Cap. III – DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

Neste capítulo, objetiva-se fazer uma avaliação da instituição, assente nos instrumentos, processos e resultados aferidos nos diferentes documentos de avaliação, tendo em vista a elaboração e implementação do projeto educativo, num horizonte temporal de 3 anos. Cabe caracterizar o ponto de partida, a escola que temos, para definir a escola que queremos ser e a ação a desenvolver para a construção dessa escola.

A escola que somos – o Meio:

Para a elaboração do PE da EPADRC é preciso refletir, hoje, a Escola como uma organização social, inserida num contexto local singular, com identidade e cultura próprias, produzindo modos de funcionamento e resultados diferenciados. Assim, não é possível “pensar” a EPADRC fora do seu contexto regional, social, económico.

| Concelho de Alcobaça | |
|-----------------------|--|
| Localização | Distrito de Leiria Região do centro (NUT II) e oeste (NUT III) Situado no vale dos rios Alcoa e Baça e nas proximidades da Serra dos Candeeiros |
| Limitação | norte - concelho da Marinha Grande, sul - concelho de Caldas da Rainha, sudeste – concelho de Rio Maior, este – concelho de Porto de Mós e Rio Maior, a oeste estende-se até ao Oceano Atlântico. |
| Área | 408 km ² |
| Superfície Agrícola | 7327 ha |
| Freguesias (13) | União de Freguesias de Alcobaça e Vestiaria, Alfeizerão, Bárrio, Benedita, Cela, Évora de Alcobaça, União de Freguesias de Pataias e Martingança, Maiorga, São Martinho do Porto, Aljubarrota, Turquel, Vimeiro e União de Freguesias de Coz, Alpedriz e Montes. |
| História | Durante séculos, a ação dos monges cistercienses, ao criarem uma região agrícola rica em práticas inovadoras, fez com que a agricultura se desenvolvesse de forma a constituir a base da economia. |
| Atividades Relevantes | O setor primário continua a ser predominante, com especial incidência para a produção animal e frutícola de maçã e pera. A criação de grandes cooperativas frutícolas e o desenvolvimento de projetos conjuntos entre produtores, como a criação da marca "Maçã de Alcobaça", revelam a dinâmica deste setor e a adoção de medidas para fazer face à concorrência que adveio com a abertura das fronteiras europeias e, cada vez mais, de mercados de todo o mundo. Vitivinicultura; Maior produtor nacional de suínos e compostos de animais com revitalização da criação e preservação do Porco Malhado de Alcobaça, raça autóctone, de elevado interesse económico e fortemente relacionado com as tradições agrícolas e culturais desta região; Setor secundário- porcelana, faiança, olaria e vidro Setor terciário- turismo cultural e balnear |

A escola que somos - História:

Foi em Alcobaça, no Mosteiro de Santa Maria, que aconteceu a primeira aula pública em 11 de janeiro de 1269. Foi também em Alcobaça que foi criada a primeira Escola Agrícola Feminina do país em 1918. Entre 1910 e 1918, a vontade e determinação de Manuel Vieira Natividade, juntamente com Ana de Castro Osório e José Joaquim dos Santos, conduzem à criação, em 1918, da Escola Agrícola Feminina Vieira Natividade. O Decreto que a instituiu é de 18 de abril de 1918 (Decreto nº 4105).

Em 1933, face à pouca frequência da escola, dá-se a extinção da Escola Agrícola Feminina Vieira Natividade. Em 1947, recomeça o ensino agrícola, com cursos de Pomicultura. Sediado na antiga escola, doravante chamada “Escola Prática de Agricultura Vieira Natividade”, o curso destinava-se a trabalhadores rurais. Entretanto, desenha-se um movimento de apoio à construção de uma Escola Técnica Comercial e Industrial em Alcobaça. Estes esforços são coroados de êxito, oito anos depois, com a transformação da Escola Prática Agrícola em Escola Técnica de Alcobaça (ETA), em junho de 1955. Segundo a brochura do Ministério das Obras Públicas (Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário), nas “Novas Instalações de Escolas Técnicas e Liceus a inaugurar em abril e maio de 1961”, há as seguintes informações sobre a escola: “Ficam as novas instalações da Escola Técnica de Alcobaça situadas na extensa propriedade agrícola do Estado, onde funcionou durante muitos anos a Escola Agrícola Vieira Natividade. Uma vez que seria desaconselhável dotar esta Vila de duas escolas, foram os novos edifícios localizados na citada propriedade onde será ministrado também o ensino agrícola. Além dos Cursos Elementares de Especialização Profissional Agrícola, serão ministrados, para uma população de 800 alunos, os cursos do Ciclo Preparatório e Complementares de Aprendizagem - serralheiro, ceramista e comércio”.

Em 1989 com base num contrato - programa assinado em 31 de janeiro de 1990, foi fundada a Escola Profissional de Agricultura de Cister (EPACIS), ao abrigo do Decreto-Lei n.º 26/89 de 21 de janeiro. A EPACIS foi fruto das sinergias do Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional (GETAP) e das entidades locais, tendo como promotores locais a Câmara Municipal de Alcobaça, a Cooperativa Agrícola de Alcobaça, a Cooperativa Agrícola de Criadores dos Gado da Benedita e a Escola Secundária N.º 1 de Alcobaça. Escola de natureza pública, dotada de autonomia administrativa, financeira e pedagógica, inicia as atividades escolares em 13 de setembro de 1990, com a lecionação de cursos de formação agrária, integrando, assim, o grupo precursor de escolas profissionais do país.

Posteriormente, através da Portaria nº 275/2000 de 22 de maio, é transformada em escola pública e integra-se na rede de estabelecimentos de ensino oficial do Ministério da Educação. A partir desta data, passa a designar-se Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Cister/Alcobaça (EPADRC) e rege-se pelo regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação e ensino, aprovado pelo Decreto-Lei nº 115-

Portaria n.º 275/2000

de 22 de Maio

A Escola Profissional de Agricultura de Alcobaça/Cister foi criada, em 1990, com estatuto de natureza pública, por contrato-programa celebrado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 26/89, de 21 de Janeiro.

Nestes termos e ao abrigo do disposto no artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 4/98, de 8 de Janeiro:

Manda o Governo, pelos Ministros das Finanças e da Educação, o seguinte:

1.º É criada a Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Alcobaça/Cister, a seguir abreviadamente designada por Escola, que resulta da transformação da Escola Profissional de Agricultura de Alcobaça/Cister, criada por contrato-programa ao abrigo do Decreto-Lei n.º 26/89, de 21 de Janeiro.

2.º A Escola tem natureza pública e integra-se na rede de estabelecimentos de ensino oficial do Ministério da Educação.

A/98, de 4 de maio, com as alterações introduzidas pela Lei nº 24/99 de 22 de abril.

Adquirindo o estatuto de escola pública, a EPADRC fazia parte de um conjunto de 14 escolas profissionais de agricultura, hoje constituídas em associação, a Associação Portuguesa de Escolas Profissionais Agrícolas (APEPA) com especificidades muito próprias que começam desde logo pelo facto de serem sediadas em explorações agrícolas.

A escola que somos – Recursos físicos:

A EPADRC situa-se na malha urbana da cidade de Alcobaça, numa quinta antigamente designada por Posto Agrário, com cerca de 30 hectares. Terrenos de textura argilosa, levemente corrigida pelo maciço calcário da região, exposição a norte e abundância de água, caracterizam o centro de exploração agropecuária onde é lecionada a componente prática da formação agrícola. No centro destes terrenos encontram-se os vários edifícios que constituem o centro escola e que acolhem as salas de aula, bem como todas as infraestruturas comuns inerentes ao funcionamento de uma escola.

| Centro escola | | | |
|----------------|--|-----------------|--|
| Bloco A | Gabinete da Direção | Bloco B | Bar |
| | Gabinete dos Serviços de Administração Escolar | | Cozinha de aplicação |
| | Gabinete de diretores de turma | | Gabinete do PTE |
| | Reprografia | | Sala de Bar |
| | Laboratório | | Sala de Restauração |
| | 2 Salas de Informática | | Lavandaria |
| | Sala de Docentes | | 7 Salas de Aulas numeradas de 8 a 14 |
| | Biblioteca Escolar | | Balneários |
| | 1 Sala de Aula (sala 3) | | Casa de Banho |
| | Casas de Banho | | |
| Bloco C | 1 Sala polivalente de Educação Física | Bloco D | Área de Arquivo |
| | 3 Salas de Aulas numeradas de 15 a 17 | | 1 Sala de Aula |
| | 1 Sala de Mecanização Agrícola | | 1 cozinha |
| | Área de Arquivo | | Casa de Fitofármacos |
| | 1 vestíário | | Arrecadações |
| Casa de Banho | | | |
| Bloco E | 4 Gabinetes de trabalho | Exterior | 3 pavilhões (salas de aula) numerados de 4 a 6 |
| | 1 Cozinha | | Parque de estacionamento |
| | Gabinetes de arrumação e arquivo | | |

A Exploração Agrícola comporta vários subsectores nas áreas da produção vegetal (pomares de macieiras e pereiras, vinhas, estufas para hortofloricultura, culturas arvenses, área de mata, pastagens e outras áreas de culturas livres) e animal (suinicultura, ovil, polo equestre, vacaria e apiário), setor de mecanização e equipamentos diversos.

| Centro Exploração Agrícola | |
|--|--|
| Setor vitivinícola | Este setor dispõe de 3 hectares de vinha para vinificação. Conta também com uma adega remodelada no ano letivo 2015/2016, que permite a produção própria de vinho. |
| Setor de Produção Vegetal | <p>É constituído pelos seguintes subsetores:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Hortofloricultura – Dispõe de 4 estufas, 3 com 400m² destinadas a culturas hortícolas e uma com 100m² destinada à floricultura, e terrenos envolventes para culturas de ar livre. • Fruticultura – Composto por cerca de 2 hectares de macieiras e 3,5 hectares de pereiras, promove ensaios realizados no âmbito da proteção e luta integrada, dos sistemas de condução, compassos e variedades, sobretudo num pomar de Casanova de Alcobaça. • Culturas arvenses – com cerca de 5 hectares, permite estabelecer culturas de inverno como, por exemplo, forragens e cereais e, na primavera, a cultura do milho. |
| Setor de Mecanização | É constituído por um hangar equipado com máquinas, alfaias e outros equipamentos. |
| Museu | A escola dispõe de um museu agrícola, onde é possível encontrar máquinas, alfaias e utensílios bastante antigos e com grande interesse histórico. |
| Setor de Produção Animal | <p>É constituído por uma exploração em ciclo fechado para suínos, com um sistema de produção intensivo, encontrando-se legalizada pelos serviços competentes e adaptada às regras de bem-estar animal. Atualmente produtora da raça autóctone suína Malhado de Alcobaça, a EPADRC possui na sua exploração suinícola um núcleo de animais em reprodução, constituído por cerca de 40 reprodutoras e 2 machos, sendo este o maior efetivo existente da raça Malhado de Alcobaça em Portugal e no Mundo.</p> <p>Possui ainda um ovil e respetiva pastagem vedada, uma cavaliçã e estruturas de apoio (um picadeiro coberto e um descoberto, sala de arreios / lavagens, parque das éguas, armazém de palhas).</p> <p>Pequena vacaria de bovinos para complementar a formação na área da produção animal.</p> <p>Apiário instalado na mata.</p> |
| Setor Florestal | É constituído por uma mata antiga e por uma mata nova num total de 2,5 hectares. |
| Outras infraestruturas de apoio | Armazéns para lubrificantes, adubos, fitofármacos, ferramentas. |

Apesar de a EPADRC não ser detentora de qualquer edifício que tenha nascido de raiz para ser um espaço escolar (todos os espaços foram adaptados para esse efeito), tem conseguido converter os edifícios e criar as condições necessárias ao processo educativo. Ainda assim, a maior parte do edificado da escola está a precisar de intervenção por se encontrar bastante degradado. A escola é deficitária em salas de aula, precisando de recorrer ao aluguer de 3 pavilhões para colmatar a falta de salas. Não existem instalações desportivas e os balneários são insuficientes.

A escola que somos – Recursos financeiros:

Tratando-se de uma escola profissional pública, a EPADRC tem o seu financiamento dependente do Programa Operacional Capital Humano (POCH), via Fundo Social Europeu, exceção feita aos vencimentos do pessoal docente e não docente. Ou seja o financiamento está sempre dependente do sucesso das candidaturas apresentadas para cada um dos percursos formativos, sendo as regras de aplicação dos fundos complexas e extremamente exigentes no rigor com que o acompanhamento da execução financeira é feito pelo POCH. Acresce o facto de a articulação entre POCH, entidade financiadora e IGEFE, entidade que transfere as verbas, levar a atrasos graves na transferência das verbas.

Resultando alguns produtos da atividade de formação na exploração agrícola, a escola detém algumas verbas no seu orçamento privativo. Ainda assim, está obrigada à sua entrega nos cofres do estado e a respetivo pedido de autorização para a sua utilização.

A escola que somos – Recursos humanos:

A EPADRC conta atualmente com a colaboração de 38 docentes (25 docentes de carreira e 13 técnicos especializados). Dos docentes de carreira, 19 são do quadro e 3 são contratados, 1 está na situação de Mobilidade por Doença; 1 está na situação de Mobilidade Interna e 1 é QZP. Embora esteja assim assegurada uma certa estabilidade relativamente aos docentes que constituem as componentes sociocultural e científica, a verdade é que 50% dos responsáveis pela docência/formação não são do Quadro de Escola e 34% são técnicos especializados em situação de Contratação de Escola, não havendo, no início do ano letivo, a garantia da sua continuidade em funções. Esta situação gera constrangimentos na normalidade do arranque de cada ano letivo. É de referir que desde há 2 anos a escola conta com uma professora de educação especial no seu quadro. Já a situação da Psicóloga ao serviço é temporária e apenas em meio horário, uma vez que se trata de uma técnica especializada sem qualquer vínculo à escola.

O pessoal não docente é constituído por 5 assistentes técnicos (AT) e 15 assistentes operacionais (AO). Dos 5 assistentes técnicos, 1 está a exercer funções na exploração agrícola por ter transitado para a categoria de assistente técnico nos termos do Artigo 4º do Decreto-Lei n.º 121/2008 de 11 de julho, aplicando-se o disposto no artigo 10º do mesmo diploma. Dos 15 assistentes operacionais 3 estão afetos à exploração agrícola. Cabe aqui esclarecer que não está a ser cumprido pela tutela o disposto na alínea c) do n.º 5 do Artigo 7º da Portaria n.º 272-A/2017 de 13 de setembro que refere que “Nos estabelecimentos de ensino profissional agrícola, os assistentes operacionais afetos à produção vegetal e ou produção animal não serão contabilizados para efeitos de cálculo da dotação”, o que significa que a dotação de AO é deficitária.

A escola que somos – Análise SWOT:

A análise do contexto e a identificação das fragilidades e potencialidades da organização é a peça fundamental na construção de um plano estratégico de ação ajustado e eficaz. Esta análise resulta das consultas feitas a toda comunidade educativa e das informações incluídas nos relatórios elaborados pela equipa de autoavaliação e pela Inspeção-Geral da Educação e Ciência e do conseqüente Plano de Melhoria elaborado pela escola. Assim, é apresentado um diagnóstico da situação do contexto:

| | AMEAÇAS | OPORTUNIDADES |
|-------------------------|--|--|
| FATORES EXTERNOS | <ul style="list-style-type: none"> - Decréscimo da taxa de natalidade; - Descrédito da imagem e da autoridade dos professores; - Crescente desencanto por parte dos docentes face à profissão; - Excessiva burocratização da função docente em prejuízo das tarefas pedagógicas; - Incertezas inerentes às políticas educativas; - Falta de sensibilidade da tutela para as especificidades do ensino profissional; - Instabilidade social, afetiva e financeira das famílias; - Número crescente de disfuncionalidades no agregado familiar dos alunos; - Baixas habilitações dos encarregados de educação; - Reduzida participação dos encarregados de educação no processo educativo; - Estigma associado ao ensino profissional; - Escola encarada, pelos SPO locais, como destino para alunos problemáticos; - Horários dos transportes e do refeitório que não contemplam as especificidades da carga horária do ensino profissional. - Há no concelho vizinho escola com a mesma oferta formativa na área da restauração; - Há mais escola privadas a apresentarem oferta formativa de nível IV. | <ul style="list-style-type: none"> - Legado histórico da formação na área agrícola, não existindo outras escolas no concelho com esta oferta formativa; - A escola tem docentes do quadro do grupo 560 (Ciências Agrárias); - Pertença à Associação Portuguesa de Escolas Profissionais Agrícolas; - Empatia da comunidade local pela escola; - Reconhecimento, por parte da comunidade local, da qualidade do serviço prestado; - Satisfação das empresas que recebem os alunos em Formação em Contexto de Trabalho; - Taxa de empregabilidade dos alunos formados na escola; - Sucesso empresarial dos alunos formados pela escola; - Corpo docente estável; - Aproveitamento dos recursos naturais e culturais para a dinamização didático-pedagógica e implementação de projetos; - Atuação da comunidade educativa na resolução de conflitos e problemas sociais; - Parcerias e protocolos com diversas instituições e entidades com impacto na valorização das aprendizagens e que viabilizam respostas contextualizadas às necessidades dos alunos e da escola. |
| | PONTOS FRACOS | PONTOS FORTES |
| FATORES INTERNOS | <ul style="list-style-type: none"> - Baixa autoestima dos alunos; - Taxa de abandono escolar; - Falta de reconhecimento da importância da escola no percurso de vida dos alunos que origina falta de assiduidade e falta de interesse; - Fraco sentido de responsabilidade dos alunos no processo ensino aprendizagem; - Necessidade de maior responsabilização das lideranças estratégicas e intermédias através da implementação de processos sistemáticos de auto e hetero regulação; - Necessidade de uniformização de procedimentos; - Fragilidades nos mecanismos de comunicação e participação; - Fraca participação dos EE na vida escolar dos seus educandos; - Inexistência de Associação de Pais; - Condições de alguns espaços físicos; - Falta de infraestruturas adequadas para a prática desportiva; - Falta de áreas cobertas para o convívio entre alunos. | <ul style="list-style-type: none"> - Adoção de medidas escolares de combate ao insucesso; - Diferenciação pedagógica, criando condições de aprendizagem para todos os alunos; - Oferta formativa adequada às necessidades da região; - Trabalho colaborativo entre os docentes, promotor de partilha e desenvolvimento de instrumentos e práticas pedagógicas; - Disponibilidade dos DT no atendimento aos encarregados de educação; - Dinamização de múltiplos projetos e atividades, promotores da imagem e da abertura da escola à comunidade, estimuladora das aprendizagens e da integração profissional; - Prémios e distinções alcançados que estimulam a melhoria das aprendizagens e a imagem da escola; - Existência de uma BE, integrada na Rede de Bibliotecas Escolares do Concelho de Alcobaça e bem equipada com recursos multimédia propícios a projetos de inovação pedagógica que permitem aos jovens a aprendizagem pela autodescoberta; - Dimensão humana da escola e as relações interpessoais positivas com promoção de iniciativas mobilizadoras da comunidade; - Satisfação dos agentes educativos com o clima global da escola; - Forte sentimento de pertença dos alunos e o clima de tranquilidade propiciador de um bom ambiente educativo; - Implementação de práticas de autoavaliação de carácter abrangente e sistemático. |

Reconhecendo as potencialidades e pontos fortes da organização, mas também os pontos fracos e constrangimentos, aproveitando o contributo essencial dos primeiros para ultrapassar e combater os segundos, a leitura resultante deste cruzamento permite avaliar o nível de exposição da organização a forças exteriores e, em consequência, as manobras estratégicas a empreender para o desenvolvimento da sua ação

A estratégia a definir pela escola passa por valorizar os pontos fortes, aproveitando as oportunidades existentes na envolvente externa, evitar as ameaças sobretudo se elas incidirem sobre os pontos fracos da escola, por forma a ultrapassá-los.

Cap. IV – A ESCOLA QUE QUEREMOS SER - MISSÃO E VISÃO

Princípios orientadores

A escola, na prossecução daqueles que são os seus objetivos, deve pautar a sua ação por princípios orientadores claramente definidos, assumidos por todos e que deverão ir muito para além dos princípios éticos que regem a Administração Pública vertidos na Carta Ética da Administração Pública (Princípios: do serviço público, da legalidade, da justiça e imparcialidade, da igualdade, da proporcionalidade, da colaboração e boa-fé, da informação e qualidade, da lealdade, da integridade e da competência e responsabilidade), sem, no entanto, os descuidar. A estes, acrescentam-se os seguintes princípios que devem também ser suporte da vida da escola:



Humanização – das relações entre todos os agentes educativos, como forma de aprofundamento da apropriação e do sentido de pertença a uma entidade coletiva, promotora do bem-estar comum.

Responsabilização – de alunos e encarregados de educação, numa perspetiva de formação integral e harmoniosa dos primeiros, consciencializando-os para a importância do papel da escola na construção do seu projeto de vida.

Cultura da formação participada – para consciencializar toda a comunidade, incluindo as famílias, para a responsabilidade individual e coletiva no processo de ensino.

Felicidade – como motivador e potenciador de um clima de bem-estar fundamental para a ação do processo educativo.

Dotada de uma cultura específica, porque situada numa região em que o setor primário é determinante para a definição da resposta a dar às qualificações necessárias e por se tratar de uma escola profissional, com as especificidades próprias desta tipologia de ensino a Missão e a Visão da EPADRC refletem as particularidades que a caracterizam, constituindo-se como elementos centrais da construção dos seus referenciais estratégicos e, portanto, da definição dos seus posicionamentos perante os *stakeholders*.



Cap. V – OBJETIVOS E METAS

O futuro da Educação preocupa, hoje, todos os setores, desde o social ao económico. Tal foi evidente na última reunião do *World Economic Forum* (21 a 24 de janeiro de 2020) onde foram apresentados dados que a Escola deve refletir e ter em conta para o planeamento da sua ação: - Na década de 2020, cada pessoa a entrar no mercado de trabalho terá em média 7 empregos e até 3 funções diferentes; - em 2022, 42% das competências necessárias para o exercício dessas funções irão mudar; - até 2030, mais de 1 bilião de pessoas necessita de adquirir novas competências; - 65% dos jovens que entraram na escola em 2016 vão exercer uma profissão que ainda não existe, 85% dessas profissões estarão ligadas às tecnologias. É à luz destes novos desafios que a EPADRC deve determinar a sua ação nas áreas de formação que abrange.

Feito este enquadramento, neste capítulo, apresentam-se os objetivos e as metas orientadoras da ação da escola, que se encontram organizados de acordo com 5 eixos de ação, que vão ao encontro das dimensões consideradas na Avaliação Externa das escolas e dos eixos considerados para efeitos de atribuição do selo de qualidade resultante da implementação do sistema de avaliação EQAVET. Tendo em conta que para se avaliar o grau de execução e eficácia do PE, é essencial monitorizar, são apresentados também os indicadores de medidas a considerar, para aferir os resultados obtidos e o grau de consecução dos objetivos. A definição de metas completa e concretiza os objetivos a atingir pelo projeto. As metas apoiam a tomada de decisão e a gestão do projeto e constituem um elemento central dos processos de mobilização de equipas, de comunicação, de negociação e de avaliação. Os objetivos específicos e as estratégias e atividades/ações a desenvolver para a sua prossecução serão definidos em sede dos planos plurianual e anual de atividades.

Eixo de ação 1 - SUCESSO EDUCATIVO

| Área de intervenção | Objetivos | Indicadores de medida | Histórico | Metas |
|--|---|---|--|---|
| Apoio à aprendizagem | Diminuir o número de módulos em atraso | Taxa de recuperação de módulos em atraso | 81,3% (Relatório final de Avaliação interna - 18/19) | Reduzir em 5% os módulos em atraso |
| | Promover a equidade e a inclusão de todos os alunos | Taxa de sucesso dos alunos ao abrigo do DL nº 54/2018 com RTP | 94,5% (Relatório final de Avaliação interna - 18/19) | Aumentar em 1% a taxa de sucesso dos alunos com RTP |
| | Promover uma cultura de esforço e empenho | Média anual das classificações | S/D | Aumentar a média anual das classificações |
| Prevenção do abandono e do absentismo | Reduzir o abandono escolar | Taxas de desistência, exclusão por faltas e anulação de matrícula | 7,5% (Relatório final de Avaliação interna - 18/19) | Reduzir em 1% o abandono escolar |
| | Reduzir o absentismo | Taxa de assiduidade | 78,4% (Relatório final de Avaliação interna - 18/19) | Reduzir em 1% o absentismo |

| | | | | |
|------------------------------|---|--|---|---|
| Resultados académicos | Aumentar o número de alunos que concluem o percurso formativo | Taxa de conclusão dos cursos | 2015-2018 = 54,3% (Relatório final de Avaliação interna - 18/19) | 2017-2020 >=70% |
| | Promover ações conducentes ao aumento do número de alunos em prosseguimento de estudos | Taxa de diplomados em prosseguimento de estudos | 2015-2018 = 38,5% (Relatório final de Avaliação interna - 18/19) | Aumentar em 0,5% os diplomados que prosseguem estudos |
| | Promover ações conducentes ao aumento da empregabilidade | Taxa de empregabilidade | 2015-2018 = 68,4% (Relatório final de Avaliação interna - 18/19) | Aumentar em 0,5% os diplomados colocados no mercado de trabalho |
| Resultados sociais | Formar os alunos para uma cidadania responsável e participativa no sentido de consolidar princípios e valores | Taxa de consecução do plano da Estratégia da Educação para a Cidadania | S/D | Taxa de consecução ≥80% |
| | Dotar os jovens de uma postura crítica e reflexiva face à sua saúde | Taxa de consecução do plano Educação para a Saúde | 82% (Relatório final de Avaliação interna - 18/19) | Aumentar em 3 % a taxa de consecução do plano Educação para a Saúde |
| | Diminuir os comportamentos de indisciplina | Taxa de participações disciplinares | 84,5% (Relatório final de Avaliação interna - 18/19) | Reduzir em 2 % a taxa de participações disciplinares |

Eixo de ação 2 - QUALIDADE DO PROCESSO EDUCATIVO

| Área de intervenção | Objetivos | Indicadores de medida | Histórico | Metas |
|---|--|---|---|---|
| Inovação Pedagógica | Promover a interdisciplinaridade e o enriquecimento curricular pela articulação de projetos e atividades | Taxa de implementação dos Domínios de Autonomia Curricular | S/D | Taxa de consecução ≥80% |
| | Promover a aquisição e o desenvolvimento das competências previstas no Perfil do Aluno | Taxa de consecução do Plano Anual de Atividades | 80%(Relatório final de Avaliação interna - 18/19) | Taxa de consecução ≥80% |
| Adequação da formação profissional | Auscultar as entidades de acolhimento que recebem os alunos e avaliar a qualidade da formação | Percentagem de alunos que completaram o curso e que trabalham em profissões | Monitorização EQAVET 2015-2018 65% | Aumentar em 1% o grau de satisfação das Entidades de Acolhimento, por forma a |

| | | | | |
|--------------------------|--|---|--|---|
| | ministrada pela escola | diretamente relacionadas com o Curso/Área de Educação e Formação que concluíram | | aumentar a empregabilidade dos diplomados a trabalhar na área de formação nos locais onde realizaram as FCT |
| | Intensificar a relação da escola com as entidades empregadoras dos ex-alunos | Número de contactos com as entidades empregadoras efetuados pelo GEFE | S/D | Aumentar em 0,5% o número de entidades que dão o seu testemunho |
| | Monitorizar a utilização das competências adquiridas no local de trabalho pelos alunos dos cursos profissionais | Percentagem de empregadores que estão satisfeitos com os formandos que concluíram um curso de EFP | Monitorização EQAVET 2015-2018 3,68 | Aumentar em 0,25%o grau de satisfação dos empregadores |
| | Adequar o perfil do aluno ao local de trabalho, tentando potenciar ao máximo a sua empregabilidade | Taxa de abertura de cursos face à rede aprovada | S/D | |
| Gestão pedagógica | Oferecer um ensino de qualidade, inovador, inclusivo, adequado às necessidades e expectativas da comunidade e adaptado à realidade regional | Grau de satisfação relativo ao impacto das práticas inovadoras no serviço educativo | S/D | Grau de satisfação ≥80% |
| | Incrementar a responsabilização das lideranças estratégicas e intermédias na melhoria do serviço educativo prestado | | S/D | |
| | Promover o trabalho colaborativo como forma de potenciar a partilha de saberes, a troca de experiências e a reflexão sobre as práticas pedagógicas | Número de reuniões para trabalho colaborativo | S/D | Aumentar o registo /evidências dos momentos de partilha/trabalho colaborativo |

Eixo de ação 3 - GESTÃO E LIDERANÇA DA ORGANIZAÇÃO

| Área de intervenção | Objetivos | Indicadores de medida | Histórico | Metas |
|---|--|---|---|--|
| Capacitação de recursos humanos | Promover a formação contínua do pessoal docente e não docente | Taxa de PD e PND que frequenta ações de formação | PD - 64,1% PND - 100%% (Relatório final de Avaliação interna - 18/19) | Aumentar o nº de PD que frequenta ações de formação em 5% e manter o nº de PND |
| Gestão de recursos humanos, espaços e equipamentos | Gerir os recursos existentes procurando soluções equilibradas e de qualidade | Grau de satisfação relativo à gestão dos recursos humanos, espaços e equipamentos | S/D | Grau de satisfação ≥80% |
| | Otimizar procedimentos administrativos e organizacionais | | | |
| Clima organizacional | Definir, dentro dos limites legais, critérios de constituição de grupos e turmas, elaboração de horários e distribuição de serviço | Grau de satisfação relativo ao clima organizacional | S/D | Grau de satisfação ≥80% |
| | Promover a mobilização e o grau de satisfação da comunidade | | | |

Eixo de ação 4 – PROJETOS, PARCERIAS E RELAÇÃO COM A COMUNIDADE

| Área de intervenção | Objetivos | Indicadores de medida | Histórico | Metas |
|--|--|---|--|---|
| Projetos e parcerias | Dinamizar projetos na escola | Taxa de consecução do PAA | 80% (Relatório final de Avaliação interna - 18/19) | Aumentar em 1% a concretização de projetos |
| | Estabelecer e reforçar parcerias e protocolos com instituições e empresas locais | Número de protocolos e parcerias estabelecidos | S/D | Aumentar o número de stakeholders |
| Participação e envolvimento dos pais, dos encarregados de educação e das famílias | Envolver pais e encarregados de educação na vida escolar dos seus educandos | Taxa de participação dos EE e pais nas reuniões | 77,1% (Relatório final de Avaliação interna - 18/19) | Aumentar em 1% os contactos presenciais dos EE. |

| | | | | |
|---|--|--------------------|---|--|
| Mecanismos de comunicação e participação | Diversificar e potenciar os circuitos de comunicação e interação internos e externos | Grau de satisfação | Considera a comunicação boa: PD - 56% / PND - 3% (Relatório final de Avaliação interna - 18/19) | Aumentar em 10% o grau de satisfação relativamente a comunicação e interação |
| | Fomentar a participação de todos os elementos da comunidade educativa (Stakeholders internos e externos) | Grau de satisfação | S/D | Aumentar o grau de satisfação relativamente a comunicação e interação |

Eixo de ação 5 – AUTOAVALIAÇÃO E MELHORIA

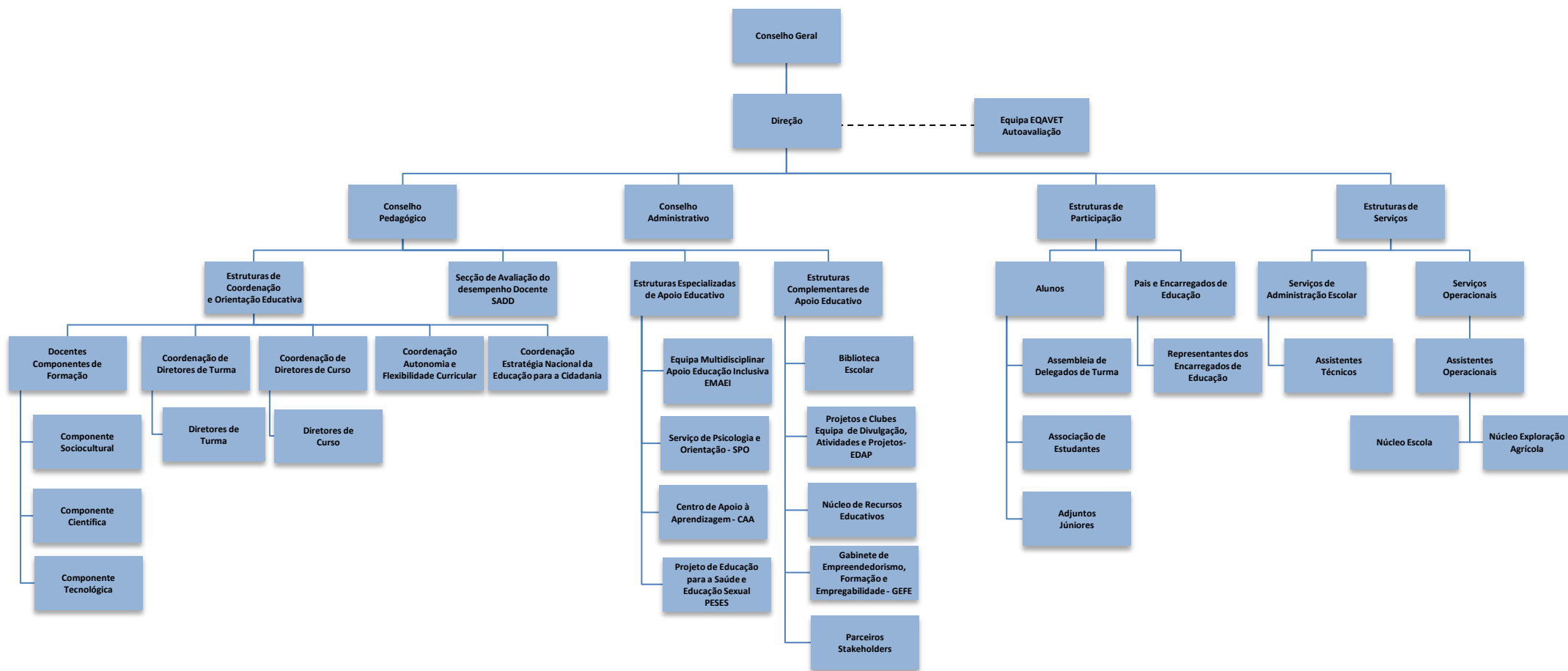
| Área de intervenção | Objetivos | Indicadores de medida | Histórico | Metas |
|---|--|---|--|---|
| Consistência e impacto das práticas de autoavaliação | Consolidar a dinâmica de autoavaliação | Grau de satisfação | Relatório final de Avaliação interna - 2018/2019 | Aumentar o grau de satisfação de toda a comunidade educativa em todos os domínios avaliados |
| | | Relatório de Avaliação externa das escolas - IGEC | Avaliação externa das escolas – IGEC 2016/2017 Avaliação por domínio: Resultados - Bom Prestação do serviço educativo - Bom Liderança e Gestão - Bom | Obtenção de classificação igual ou superior em todos os domínios da avaliação externa das escolas- IGEC |
| | | Taxa de consecução do plano de ação EQAVET | S/D | Obtenção do selo de garantia do sistema de melhoria da qualidade EQAVET |

Cap. VI – ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

Para além das estruturas educativas previstas na lei e explicitadas no Regulamento Interno da Escola, das estruturas especializadas de apoio, também elas decorrentes dos normativos legais: Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAI), Serviços de Psicologia e Orientação (SPO), Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA), Equipa do Programa de Educação para a Saúde e Educação Sexual (PESES), a EPADRC tem equipas de trabalho constituídas para

Projeto Educativo 2019-2022

promover uma educação integral e construir o sucesso educativo: Gabinete de Empreendedorismo, Formação e Empregabilidade (GEFE), Equipa de Divulgação, Atividades e Projetos (EDAP), Equipa de Autoavaliação/EQAVET. Estas equipas visam potenciar sinergias e trabalhar áreas na escola que concorram para a formação plena, para a definição de um percurso de vida para cada jovem, quer este passe pela integração profissional ou pelo prosseguimento de estudos, e pelo reforço da ligação à comunidade e da relação com os *stakeholders* internos e externos.



Cap. VII – ÁREAS E MODALIDADES DE QUALIFICAÇÃO

A definição das áreas de formação e dos cursos a desenvolver está intimamente relacionada com as necessidades de trabalho locais, regionais e nacionais; a empregabilidade dos cursos; a oportunidade de prosseguimento de estudos; a experiência da escola nas áreas de formação; os recursos físicos e humanos; a identidade da escola; as medidas de redução do abandono escolar e a inclusão de todos na escolaridade obrigatória; mas outros e variados fatores determinam a oferta formativa que escapam a critérios internos. Refiram-se as políticas educativas; os critérios para a concessão de autorização da abertura de turmas definidos pela tutela; a atratividade dos cursos; a orientação vocacional feita na escola da área geográfica. Tendo em conta estes pressupostos, a aposta da EPADRC tem vindo a consolidar duas áreas de formação: a Agricultura e a Hotelaria e Restauração, pelo relevo que estas áreas têm na necessidade de qualificações e na dinâmica destes setores na economia da região.

Os **Cursos Profissionais** conferem dupla certificação: académica (diploma de conclusão do nível secundário) e profissional (certificado de qualificação profissional de nível 4). A sua organização contempla três componentes de formação: sociocultural, científica e técnica, constituídas por um conjunto de disciplinas estruturadas de forma modular. A estrutura modular constitui uma estratégia de organização da formação de um modo flexível, tendo implicações ao nível do desenvolvimento curricular, da organização da escola e das práticas pedagógicas. Parte-se do conceito de módulos como unidades de aprendizagem autónomas que, integradas num todo coeso, permitem a cada um dos alunos adquirir um conjunto de capacidades através de experiências ou atividades de aprendizagem.

Os **Cursos de Educação e Formação** (CEF) conferem uma dupla certificação: académica (diploma de conclusão do terceiro ciclo) e profissional (certificado de qualificação profissional de nível 2). A sua organização contempla três componentes de formação: sociocultural, científica, tecnológica e uma componente prática. Estes cursos incentivam ao prosseguimento de estudos/formação, permitindo adquirir competências profissionais, através de soluções flexíveis, de acordo com os interesses dos alunos e as necessidades do mercado de trabalho.

| Curso | Área de Formação | Qualificação | Perfil de Saída |
|--|----------------------------------|---|--|
| Curso Profissional de Técnico de Produção Agropecuária | 621 – Produção Agrícola e Animal | Técnico de Produção Agropecuária (Nível 4) | Profissional que tem competência para programar, organizar, orientar e executar as atividades de uma exploração agrícola e /ou pecuária, aplicando técnicas, métodos e modos de produção compatíveis com a preservação ambiental e respeitando as normas de proteção e bem-estar animal e de qualidade dos produtos, de segurança alimentar, de saúde pública e de segurança e saúde no trabalho |
| Curso Profissional de Técnico de Recursos Florestais e Ambientais | 623 – Silvicultura e Caça | Técnico de Recursos Florestais e Ambientais (Nível 4) | Profissional com competências para participar na gestão, exploração e proteção de áreas florestais, respeitando a legislação em vigor e as normas de segurança, higiene e saúde no trabalho florestal. |
| Curso Profissional de Técnico de | 811 – Hotelaria e Restauração | Técnico de Restaurante/B ar (Nível 4) | Profissional que, no domínio das normas de segurança e higiene alimentar, planifica, dirige e efetua o serviço de alimentos e bebidas à mesa |

| | | | |
|--|----------------------------------|--|---|
| Restaurante / Bar | | | e ao balcão, em estabelecimentos de restauração e bebidas integrados ou não em unidades hoteleiras, com vista a garantir um serviço de qualidade e satisfação do cliente. |
| Curso Profissional de Técnico de Cozinha / Pastelaria | | Técnico de Cozinha/Pastelaria (Nível 4) | Profissional que, no domínio das normas de higiene e segurança alimentar, planifica e dirige os trabalhos de cozinha, colabora na estruturação de ementas, bem como prepara e confecciona refeições num enquadramento de especialidade, nomeadamente gastronomia regional portuguesa e internacional. |
| Curso de Educação e Formação | 811 – Hotelaria e Restauração | Empregado de Restaurante / Bar (Nível 2) | Profissional que Organiza, prepara e executa o serviço de restaurante/bar, respeitando as normas de higiene e segurança, em estabelecimentos de restauração e bebidas, integrados ou não em unidades hoteleiras, em cooperação com os demais elementos da equipa, com vista a garantir um serviço de qualidade e satisfação do cliente. |
| | 621 – Produção Agrícola e Animal | Operador de Máquinas Agrícolas (Nível 2) | Profissional que, no domínio das técnicas e procedimentos adequados e respeitando as normas de segurança, higiene e saúde no trabalho e de proteção do ambiente, conduz, opera, regula e efetua a manutenção de tratores e outros equipamentos agrícolas. |

Por iniciativa da escola, e através de um protocolo com a Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, o Curso de Técnico de Produção Agropecuária confere aos diplomados a Licença de condução de Tratores e Equipamentos Agrícolas; a Certificação para Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos e a Certificação para o Transporte de Curta duração de Animais. A escola teve autorização para abertura dos cursos profissionais de Técnico Vitivinícola e Técnico de Indústrias Alimentares e do Curso de Educação e Formação de Operador de Máquinas Agrícolas que não funcionaram por número reduzido de inscrições. Naquela que já foi uma experiência com sucesso, a escola pretende ainda apostar numa oferta formativa mais abrangente, pretendendo oferecer qualificações na área social por ser uma área com necessidade de técnicos para apoio à família e à comunidade.

Cap. VIII – REDES, PARCERIAS E PROTOCOLOS

O sucesso da educação depende, cada vez mais, da existência de parcerias com outras instituições, sejam elas operadoras de educação e formação, sejam instituições públicas locais, sejam empregadores. Em particular, o sucesso da formação qualificante está relacionado com a articulação da formação com as empresas e com *stakeholders* que contribuam direta ou indiretamente para a melhoria das qualificações. A existência de redes, de parcerias de formação, de protocolos de cooperação é indispensável para o sucesso do projeto educativo. As redes podem desenvolver-se quer nos planos regional e nacional quer no plano internacional. A mobilidade é um instrumento que necessita de ser estimulado e desenvolvido nos jovens, para potenciar novas aprendizagens e competências. Apresenta-se quadro dos *stakeholders* da EPADRC. Sem ser uma listagem exaustiva, o quadro resume as parcerias com maior impacto na ação da escola.

| TIPO DE STAKEHOLDER | STAKEHOLDER | OFERTA ATUAL DOS STAKEHOLDER EM RELAÇÃO À ESCOLA | POTENCIAL IMPACTO NA OFERTA DE EFP | EXPETATIVA DA ESCOLA EM RELAÇÃO AO STAKEHOLDER | OFERTA ATUAL DA ESCOLA EM RELAÇÃO AOS STAKEHOLDER | AÇÕES A TOMAR (OPORTUNIDADES DE MELHORIA) |
|--|--------------------------------|--|------------------------------------|--|--|---|
| Internos | Conselho Geral | Estabelecimento de cooperação entre comunidade educativa e entidades locais e o contexto socioeconómico. Acompanhamento da ação educativa. | Médio | Análise e aprovação dos documentos estruturantes. Colaboração nas atividades desenvolvidas na escola. | Trabalho em parceria | Trabalho em parceria para que a escola seja uma referência na sua ação educativa. |
| | Conselho Pedagógico | Orientação e Planificação da ação da escola para a comunidade educativa no sentido de promover a melhor formação dos alunos. | Alto | Estabelecimento de metas no que concerne ao sucesso educativo dos alunos. | Trabalho colaborativo | Trabalho conjunto para a definição de estratégias que visem a melhoria da ação educativa da escola. |
| | Professores/ Formadores | Formação pedagógica, técnica e profissional dos alunos. Desenvolvimentos de competências dos alunos. | Alto | Cumprimento dos deveres inerentes ao desempenho docente e aos cargos desempenhados. | Trabalho colaborativo | Trabalho colaborativo com vista à promoção do sucesso educativo. Formação contínua para melhoria do desempenho. |
| | Pessoal não docente | Assegurar o bom funcionamento da escola, com orientação cívica e pedagógica dos formandos, promovendo a relação de respeito entre pares. | Alto | Promover a implementação de valores, a formação do aluno como indivíduo responsável, autónomo e participativo. | Trabalho colaborativo | Trabalho em parceria; Formação contínua em prol de uma atualização de conhecimentos e da melhoria do desempenho. |
| | Alunos | Manutenção e desenvolvimento da escola no que concerne à seleção das áreas de formação. Envolvimento no seu processo de formação. | Alto | Cumprimento dos deveres constantes no Regulamento Interno e Estatuto do Aluno e Ética Escolar. Participação ativa no seu processo de formação. | Formação adequada de qualidade com vista à construção de um percurso de vida de sucesso. | Cumprimento dos seus deveres. Espírito crítico e envolvimento mais ativo dos elementos de representação nas diferentes estruturas educativas. |
| Externos (Dimensão Social e de Apoio à Ação Educativa) | Pais/ Encarregados de Educação | Seleção da formação dos seus educandos. Acompanhamento do percurso formativo dos educandos. | Alto | Empenho e participação no percurso escolar dos seus educandos. Cumprimento da Lei geral no que concerne aos seus deveres. | Informação sobre o processo educativo. | Trabalho em parceria. Atividades de promoção do seu envolvimento nas atividades da escola. |

| | | | | | | |
|---|---|---|-------|---|--|--|
| | CPCJ CAJ UCC Alcobaça Nazaré | Prevenção de comportamentos de risco. Formação em prevenção de riscos. Educação inclusiva. | Alta | Apoio na área da saúde e prevenção. Participação no PESES Promoção da formação integral e cidadania. | Trabalho em parceria | Reforço da estratégia de promoção da escola inclusiva e de promoção do sucesso educativo |
| | BVA PCA PSP | Plano de Emergência da Escola Formação em Socorrismo; proteção ambiental; Segurança... | Médio | Colaboração e parcerias nas atividades no âmbito de ações de promoção da segurança, solidariedade... | Trabalho em parceria | Melhoria do Plano de Emergência. Formação em suporte básico de vida. |
| Externos (Dimensão da Formação e Ensino) | UC* IPL ESAS | Atividades de complemento da formação. Motivação para o prosseguimento de estudos. | Alta | Reforço da parceria, na participação no processo educativo. Promoção do prosseguimento de estudo dos alunos. | Trabalho em parceria | Organização de atividades conjuntas. Participação na formação de professores. |
| | Centros de Formação Centro Qualifica | Parcerias na área da formação de pessoal docente e não docente. Organização de seminários, palestras, colóquios... | Média | Formação de recursos humanos. Formação contínua adequada ao Plano de Formação da escola. | Trabalho em parceria na procura de formação adequada e necessária. | Trabalho em parceria. Ofertas de formação em áreas de especialização. |
| | ANQEP | Definição da oferta formativa. Definição dos perfis de saída e planos de estudo | Alta | Adequação da oferta formativa. Adequação e melhoria das qualificações. | Cumprimento das orientações definidas | Revisão dos planos de estudo. Adequação dos perfis de saídas às necessidades de qualificação. Alargamento da oferta formativa. |
| Externos (Associações, cooperativas e organismos dos setores agrícola e da restauração) | INIAV CAA* AARA APFRA ACSIA* | Informação sobre as qualificações necessárias. Dinamização de ações complementares à formação dos alunos. | Alta | Trabalho em parceria para a dinamização dos setores. Definição das necessidades de qualificação. | Formação de Técnicos | Reforço das parcerias. Participação ativa no percurso formativo dos futuros técnicos. |
| Externos (Empregadores) | Empresas dos setores agrícola e restauração | Informação sobre as necessidades de qualificação. Acolhimento dos formandos em FCT. | Alta | Colaboração e acolhimento dos formandos das várias áreas de formação em FCT. | Oferta de profissionais qualificados. | Adequação da resposta ao mercado de trabalho. Aumento da taxa de empregabilidade. |
| Externos (Instituições) | IEFP OesteCIM | Fornecer informações sobre as necessidades qualificações com vista à reformulação da oferta | Média | Orientação e indicação de ofertas de emprego; identificação das áreas de | Oferta de profissionais | Promoção da Empregabilidade e Empreendedorismo. |

| Locais e regionais) | | formativa. | | trabalho com maior necessidade/ procura. | qualificados. | |
|---------------------|------------------------|--|------|--|--|--|
| | DRAPLVT | Disponibilização de formador Certificação de competências | Alta | Melhoria da qualificação e complementaridade da mesma através da sua certificação | Aposta na qualificação de técnicos agrícolas | Melhoria das qualificações e adequação das mesmas à necessidade do setor |
| | Município de Alcobaça* | Apoios à ação educativa. Parcerias na realização de atividades. Contributo na promoção de ações de inclusão e de promoção do sucesso educativo | Alta | Colaboração no PAA. Atividades de promoção da escola. Valorização da ação da escola no concelho. | Trabalho em parceria. | Promover o trabalho em parceria em ações de divulgação da escola. Implementação do projeto de municipalização da educação em desenvolvimento. |

*Membro do Conselho Geral

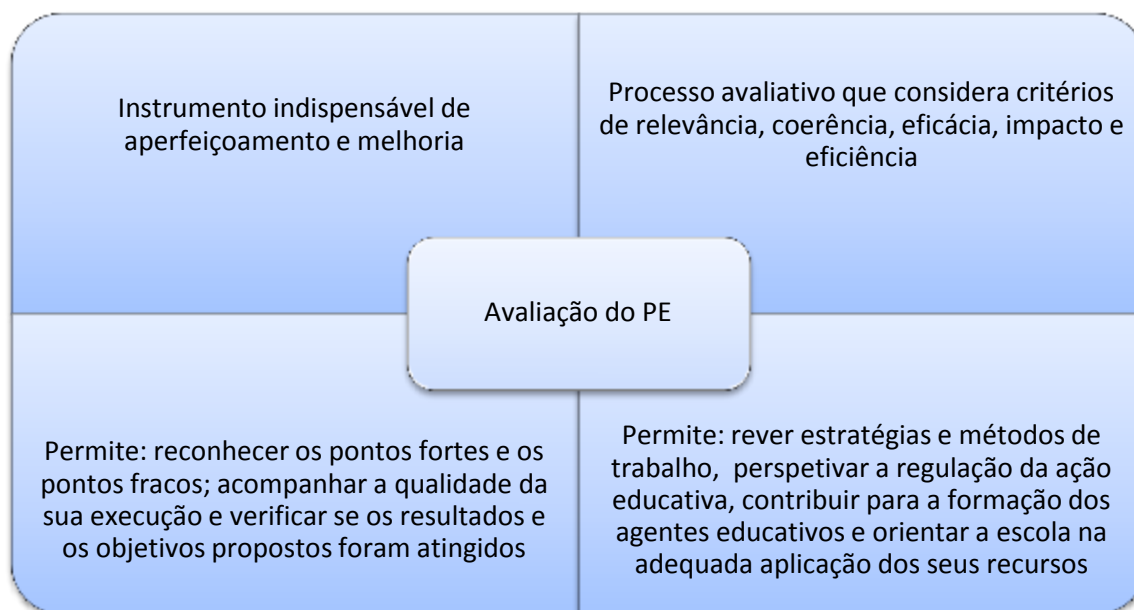
Legenda SIGLAS:

CPCJ – Comissão de Acompanhamento de Crianças e Jovens
 CAJ – Centro de Atendimento aos Jovens
 UCC – Unidade de Cuidados à Comunidade
 BVA – Bombeiros Voluntários de Alcobaça
 PCA – Proteção Civil de Alcobaça
 PSP – Polícia de Segurança Pública
 UC – Universidade de Coimbra
 IPL – Instituto Politécnico de Leiria
 ESES – Escola Superior Agrária de Santarém
 ANQEP – Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional

INIAV – Instituto Nacional de Investigação e Agrária e Veterinária
 CAA – Cooperativa Agrícola de Alcobaça
 AARA – Associação de Agricultores da Região de Alcobaça
 APFRA – Associação de Produtores Florestais da Região de Alcobaça
 ACSIA – Associação Comercial, de Serviços e Industrial de Alcobaça
 IEFPP – Instituto de Emprego e Formação Profissional
 OesteCIM – Comunidade Intermunicipal do Oeste
 FCT – Formação em Contexto de Trabalho
 PAA – Plano Anual de Atividades
 DRAPLVT – Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo

Cap. IX – MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

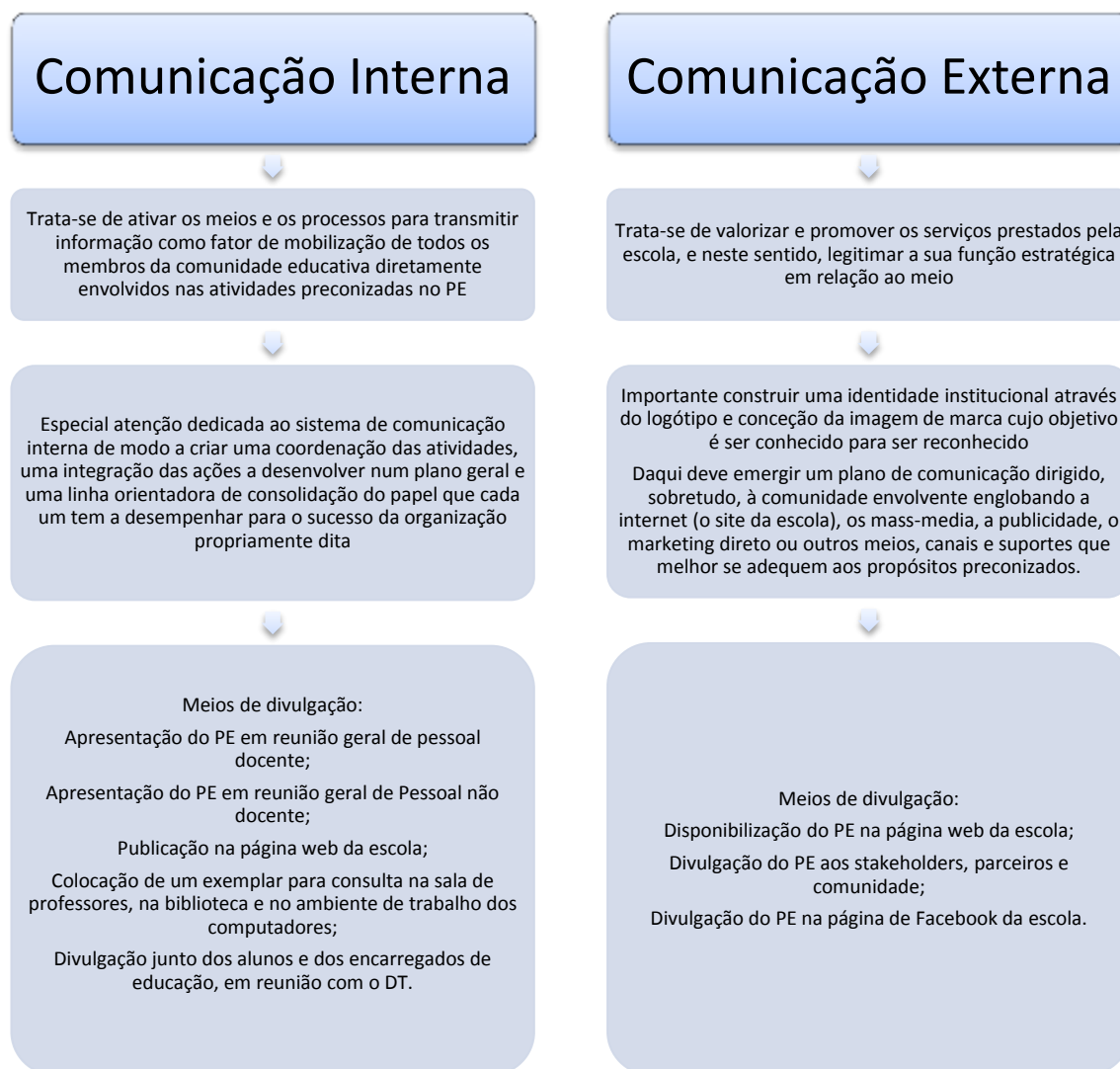
Para aferir o seu grau de eficácia e retroagir no sentido de estabelecer as necessárias correções e aperfeiçoamentos é necessário avaliar o PE, para compreender, de um modo concreto e sistemático, o que está a resultar e a falhar na sua implementação. Só a avaliação devidamente orientada pode providenciar dados concretos, informação consistente e um conjunto de evidências que substanciem uma análise fundamentada do nível de concretização do projeto educativo.



Ainda que, de acordo com a lei, a avaliação do PE seja competência do conselho geral, o acompanhamento e a monitorização do nível de execução de PE pode ser complementado, com ganhos operacionais reais, pelo conselho pedagógico, em estreita colaboração com o conselho geral que emitirá recomendações e pareceres quando entender necessário. Deve a direção constituir um grupo de trabalho no seio do Conselho Pedagógico para este acompanhamento, em articulação direta com a Equipa de Autoavaliação/EQAVET.

Cap. X – ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Uma estratégia de comunicação é fundamental para apresentar e promover o projeto educativo junto dos diferentes agentes educativos. O plano de comunicação da escola deve ter como principal objetivo criar condições para que todos os membros dessa comunidade desempenhem o seu papel com competência, eficácia e motivação. O plano de comunicação tem ainda como propósito criar, definir e gerir a imagem da escola, de certa forma afirmando a visão, a missão e o seu projeto educativo, sendo materializado em duas vertentes: interna e externa.



Cap. XI – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PE, enquanto plano estratégico, deve ser harmonizado com os restantes documentos de gestão escolar, nomeadamente o Regulamento Interno e os Planos Plurianual e Anual de Atividades, por forma a ser um verdadeiro contributo para a dinâmica integradora do processo educativo e da ação da escola.

Complementando o projeto educativo, o regulamento interno constituirá o documento de regulação e funcionamento da escola, nomeadamente, no estabelecimento de regras e normas que marcam a convivência entre os diferentes atores da ação educativa e estabelecem a estrutura organizacional da comunidade escolar.

Apreciado em reunião do Conselho Pedagógico em 4 de fevereiro de 2020

Aprovado em reunião do Conselho Geral em 11 de fevereiro de 2020